



ATA DA 277ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEPRAM

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Recursos Ambientais - CRA, teve início a 277ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Emanuel Mendonça, presidente em exercício. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Adalberto Ribeiro, representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Antonio César Ormundo, representante da entidade ambientalista Projeto Amiga Tartaruga; João Aurélio, representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI; Vera Frazão, representante da Secretaria de Infra-Estrutura – SEINFRA; José Roberto Celestino, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Anésio Miranda Fernandes, representante do Clube de Engenharia da Bahia – CEB; Melquíades Spínola de Oliveira, representante do Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia – CEPEDES; João Marcos Miranda de Souza, representante da entidade ambientalista Grupo de Recomposição Ambiental – GERMEN; Walmir do Carmo, representante da entidade ambientalista do Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente - GRAMA; Renato Cunha, representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista da Bahia – GAMBÁ e Irundi Edelweiss, representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, Fernando Albiani, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB. Estiveram presentes: Ana Cristina Mascarenhas, Larissa Cayres e Eliuda Soares da Secretaria Executiva do CEPRAM; Ney Maron, diretor de controle ambiental do CRA, Fernando Esteves, técnico do CRA e como convidados: Itamar de Paiva Rocha, presidente da Comissão Nacional de Carcinicultura, Juarez Jorge Santos, professor da Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC, Jefferson Cerqueira Viana, técnico do Centro de Estudos Sócios-Ambientais – PANGEA, Osmar Almeida, chefe do Grupo de Trabalho de Engenharia da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Joaquim Santana, presidente da EBDA/SEAGRI, Max Magalhães Stem, diretor-presidente da Bahiapescas e Humberto Justo Amoedo, representante do Instituto de Pesquisa e Atendimento nas Áreas de Segurança e Meio Ambiente – SAM. A reunião realizou-se em dois turnos. Constaram da pauta os seguintes assuntos: abertura da sessão pelo Presidente; apresentação: “Desenvolvimento da atividade de carcinicultura no Estado da Bahia”; Discussão e votação da ata da 3ª reunião extraordinária; Posse do conselheiro suplente Fernando Albiani Alves, da FAEB; apresentação: “Projeto Terra Fértil: aspectos relativos à implantação de barragens”; relato dos Processos: novos e diligenciado; Comunicações e informações e O que Ocorrer. No turno da manhã, o conselheiro Emanuel, presidente em exercício, cumprimentou a todos, apresentou aos membros do Conselho os palestrantes Senhores Itamar de Paiva Rocha e o Senhor Max Stem. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Itamar Rocha, que agradeceu ao convite e apresentou um panorama geral da carcinicultura brasileira. Ressaltou que o Brasil tinha um imenso potencial no contexto de recursos naturais para exploração de aquícultura e disse que sessenta e três por cento de todo camarão consumido era oriundo do mar e que anualmente essa taxa estava diminuindo. Afirmou que a de atividade gerava emprego e renda para as pessoas com baixo nível de escolaridade, com qualidade e certificação ambiental. Acrescentou que a produção de pescado marinho como o camarão do Brasil era insignificante em relação à produtividade de outros países e que um dos maiores desafios seria como criar uma estrutura produtiva no meio rural, o que facilitaria uma melhor sobrevivência naquele meio e evitaria o êxodo rural, portanto o país teria que investir mais em maricultura. Disse, também, que essa atividade dependia das boas condições ambientais para sobrevivência. Falou sobre as dificuldades para a adoção do Código de Conduta pelo consumidor e produtor e finalizou a palestra apresentando os crescentes resultados da atividade no país. O conselheiro Emanuel agradeceu ao palestrante, destacou a importância do tema apresentado e informou que noventa e oito por cento das empresas de maricultura localizadas no Estado da Bahia, segundo indicadores da FIEB e IBGE, eram constituídas de pequenas e médias empresas e apenas dois por cento estavam mais preparadas, contavam com equipes de gestores ambientais e cumpriam o papel frente às exigências de gestão de meio ambiente, com isso, ressaltou os termos constantemente empregados, com grande preocupação, que são “inovação e sustentabilidade”, acrescentando que a busca da sustentabilidade ambiental e econômica era um grande desafio e que tinha dúvida quanto à inovação tecnológica empregada, solicitando ao Senhor Itamar esclarecimento desta questão no setor, bem como questionou quais órgãos exerciam o papel de apoio ao desenvolvimento tecnológico. O conselheiro Renato Cunha, disse que o Conselho precisaria ter uma avaliação mais concreta e aprofundada dos impactos ambientais da produção do camarão e que havia convidado o professor Juarez Santos, do Instituto de Biologia da Fundação de Tecnologia e Ciência – FTC, e o biólogo Jefferson Cerqueira Viana, da Organização Não Governamental, PANGEA, que faziam o

acompanhamento da produção de camarão no Estado da Bahia, e solicitou permissão ao presidente em exercício passar a palavra aos mesmos. O conselheiro Emanuel cumprimentou-os e convidou-os para fazerem parte da mesa e passou a palavra para o conselheiro Antonio Ormundo que falou que, em sua visita à Salina das Margaridas, local de maior índice de carcinicultura no Estado da Bahia, constatou a inexistência de sustentabilidade social e ambiental e ressaltou que os resultados da produção deveriam trazer melhor qualidade de vida às pessoas que trabalham com a referida atividade. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao professor Juarez Santos, que agradeceu a oportunidade e falou sobre a teoria da sustentabilidade, que deveria ser baseada em três vetores: produção econômica, efetividade social e o equilíbrio ecológico. Disse que o cultivo do camarão, como qualquer outra atividade humana na paisagem, gera poluição e impacto. Disse que no espaço geológico atual, as áreas estuarinas estão bastante reduzidas e que existiam leis pertinentes e pontuais à respeito de proteção do mangue. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao senhor Jefferson que falou que a carcinicultura era mais uma atividade econômica e que precisaria de um investimento maior do governo, principalmente na questão referente à responsabilidade social. Em seguida, o conselheiro Emanuel passou a palavra para o conselheiro Walmir do Carmo que falou que a apresentação mostrou somente os benefícios da carcinicultura e que não ficou claro os impactos causados pela atividade no meio ambiente. Solicitou que o Senhor Itamar Rocha pontuasse os impactos significativos da carcinicultura. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao Senhor Itamar Rocha que falou que todo e qualquer produto utilizado no camarão eram biodegradável e que os procedimentos adotados atendiam ao disposto no Código Internacional e na Regulamentação do Ministério da Agricultura. Disse que era necessário mobilizar forças políticas, a comunidade científica e a sociedade organizada para discutir a questão. Após, agradeceu a atenção de todos. Ao meio dia, o conselheiro Emanuel agradeceu ao Senhor Max, ao conselheiro João Aurélio e Renato Cunha, que foram os articuladores da apresentação, aos convidados, e especialmente ao palestrante e interrompeu a reunião para retornar a tarde. No turno vespertino, às quatorze horas, o conselheiro Emanuel cumprimentou os presentes, e, como havia *quorum* regimental, declarou aberta a segunda etapa da reunião. Ato contínuo, informou que seria repassado a íntegra da palestra, proferida no turno matutino, aos conselheiros que não estavam presentes. Passou para o primeiro item, referente à discussão e votação da Ata da Terceira Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 3 de setembro, que foi aprovada sem alterações. Anunciou a presença dos Senhores Joaquim Santana, presidente da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA e Senhor Osmar de Almeida, chefe do Grupo de Engenharia da CAR, para a apresentação: “Projeto Terra Fértil: aspectos relativos à implantação de barragens”. Em seguida, deu posse ao conselheiro Fernando Albiani Alves, indicado pela FAEB, para substituir o conselheiro José Francisco Junior. Ato contínuo, anunciou a apresentação referente ao Projeto Terra Fértil, através dos Senhores Joaquim Santana e Osmar Almeida. O Senhor Joaquim agradeceu ao convite e falou sobre a contextualização do Programa: *procedimentos e princípios básicos*. Disse que tratava de um programa desenvolvido integralmente entre cinco Secretarias: da Agricultura, Combate à Pobreza, Planejamento, Infra-estrutura e Meio Ambiente e que era executado pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, Companhia de Engenharia Rural da Bahia - CERB, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR e demais parceiros envolvidos nos trabalhos na região de Irecê. Foi construída, uma proposta de intervenção à região, com a participação dos pequenos produtores locais, com o estabelecimento de um arranjo produtivo visando uma maior e melhor sustentabilidade, com uma ação abrangente para valorização de agricultura familiar que privilegiaria o uso da água, a capacitação e a organização dos produtores e seus familiares, fundamentada na exploração de atividades: agropecuária e agroindústria diversificadas e integradas, com ênfase na escala econômica de produção, nas demandas de mercado, na vocação da região e no ambiente de sustentabilidade. Disse que um dos principais objetivos era promover um novo círculo de desenvolvimento econômico e social para microrregião de Irecê. Ressaltou que o programa apresentava algumas pré-condições para implantação, que seriam as lógicas da disponibilidade da água, da inclusão social e a transversalidade, através de uma gestão participativa de todos os segmentos das atividades da região, da tecnologia correta e competitiva, do crédito rural, do meio ambiente, do mercado, da produção, da educação e da renda. Disse que as propostas do Projeto Terra Fértil consistia na montagem de Unidades de Produção Familiar – UPF e que teve como resultado, no primeiro ano, a seleção de dois mil produtores; Informou que o programa tem prazo previsto para quatro anos, que previa a implantação de trinta barragens com construção de adutoras, nas bacias hidrográficas dos rios Jacaré e Verde; a irrigação de quatrocentos e setenta hectares de fruticultura e horticultura; a perfuração de quinhentos e oitenta poços; a instalação de energia elétrica e a construção do Centro de Comercialização Regional e Profissional para comercialização dos produtos e qualificação dos produtores. Apresentou os resultados obtidos com o programa Terra Fértil no período de um ano e se colocou à disposição para outros esclarecimentos e informações. Na sequência, o conselheiro Emanuel convidou o representante da CAR, Senhor Osmar de Almeida que fez referência à construção das trinta barragens integrantes do projeto apresentado e

117 registrou que a finalidade era dar suporte ao abastecimento de água, para efetivação de todas as ações
118 apresentadas. Disse que a construção das barragens era objeto de licenciamento ambiental e que passou
119 por dificuldades para obtenção das primeiras licenças; registrou que não haveria nenhuma agressão ao
120 ambiente no processo construtivo das barragens no entorno das áreas; fez algumas pontuações que
121 ajudaria a solucionar o passivo ambiental que existia nas áreas ribeirinhas; informou que existiam dez
122 barragens em execução, cinco em processo de licenciamento ambiental, quatro com projetos em
123 elaboração e onze barragens que dependiam da identificação da localidade através da EBDA; apresentou
124 os métodos adotados para a construção das barragens e finalizou agradecendo a todos. O conselheiro
125 Emanuel agradeceu aos dois palestrantes e sugeriu que, se não houvesse nenhum impedimento legal,
126 poderia submeter o pedido de licenciamento conjunto das vinte barragens para a aprovação, o que
127 agilizaria o andamento dos processos e a análise das licenças. Passou a palavra ao conselheiro
128 Adalberto que registrou a importância do programa em tela e solicitou a socialização dos documentos
129 referentes ao assunto, para que todos tivessem acesso e pudessem utilizá-lo visando sua ampliação. O
130 conselheiro Renato Cunha questionou se estaria previsto no projeto para captação de água, a tecnologia
131 das cisternas que envolvem a Associação do Semi-árido – ASA, para melhor captação na região. O
132 Senhor Joaquim Santana informou que o Programa 1 Milhão de Cisternas P1MC, destinava-se ao
133 abastecimento familiar e que o Terra Fértil era voltado para a produção. O conselheiro Walmir
134 parabenizou a concepção do projeto e questionou se o mesmo se estenderia para outras regiões. O
135 Senhor Joaquim Santana esclareceu que seriam analisadas pelo Governo a ampliação do Projeto,
136 através do engajamento dos produtores, com propósito de atuação em outras regiões do Estado, onde já
137 existissem a matriz produtiva. O conselheiro Melquíades fez referência ao trabalho com a vocação da
138 comunidade. O conselheiro João Aurélio agradeceu as presenças dos palestrantes, que se
139 disponibilizaram para apresentar suas ações ao Conselho. Questionou se o Projeto Terra Fértil poderia
140 ser referência para uma mudança dos projetos de agricultura familiar no Brasil. O Senhor Joaquim disse
141 que não tinha dúvidas quanto à interferência do projeto nessas mudanças em virtude dos esforços do
142 Governo do Estado da Bahia, empregados através de suas Secretarias, para obtenção de resultados
143 positivos e que as atividades do Projeto estariam sendo observadas pelo Governo Federal e outros
144 Estados, e que a Bahia contava com recursos do Governo Federal significativo. O conselheiro Emanuel
145 passou a palavra para o Senhor Humberto Justo Amoedo, representante do Instituto de Pesquisa e
146 Atendimento nas Áreas de Segurança e Meio Ambiente – SAM, que questionou quem faria as gestões
147 das barragens e se o projeto contemplava a manutenção futura das mesmas. O Senhor Joaquim Santana
148 disse que os organismos envolvidos em todo o programa dariam as orientações necessárias e que as
149 barragens precisariam de manutenção constante. O conselheiro Adalberto registrou que a gestão das
150 barragens era de responsabilidade da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH e solicitou
151 informações se existiam ações previstas para o Vale do Rio Salitre. O Senhor Joaquim informou que não
152 existia nenhum projeto específico, mas que existia um Programa Cabra Forte e um projeto referente ao
153 estímulo à produção de culturas alternativas. Em seguida, agradeceu a todos e disponibilizou o arquivo
154 da apresentação para reprodução e posterior distribuição aos conselheiros. O conselheiro Emanuel
155 agradeceu a apresentação dos representantes da EBDA e CAR e retomou a pauta. Registrou as
156 ausências justificadas dos conselheiros José Passos, Andrezito Souza, Josemário Martins da Silva, Joás
157 Brandão e Maria Conceição Riccio. Em seguida, passou aos itens da pauta referente à Relato de
158 Processos Novos e comunicou o Pedido de Adiamento, referente ao Processo: 2003-005311/TEC/AIMU-
159 0309, Alcan S/A, conselheiro relator Renato Cunha. Foi pedido Destaque para os processos: 2002-
160 003193/TEC/AIMU-0089, Odúlio José Marensi de Moura, conselheiro relator Adalberto Ribeiro; 2003-
161 005675/TEC/RC-0041, Pelzer da Bahia Ltda, conselheiro relator Irundi Edelweiss; 2004-002708/TEC/LL-
162 0025, Vedobus Ltda, conselheiro relator Adalberto Ribeiro; 2004-000305/TEC/LO-0003, Qualix Ltda,
163 conselheiro relator Roberto Celestino; 2004-005071/TEC/RC, Reta Atlântico, conselheiro relator João
164 Aurélio; 2003-003571/TEC/AIEM-0009, DERBA, conselheiro relator João Aurélio; 2004-002497/TEC/LI-
165 0012, Gujão Alimentos, conselheiro relator Adalberto Ribeiro. Passou-se às aprovações sob rito sumário
166 dos seguintes processos: 2003-004403/TEC/AIMU-0291, Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira, conselheiro
167 relator Irundi Edelweiss; 2003-005711/TEC/LL-0053, CERB, conselheira relatora Vera Frazão; 2004-
168 004739/TEC/LL-0036, conselheira relatora Vera Frazão; 2002-000454/TEC/LO-0011, Monte Tabor –
169 Hospital São Rafael, conselheira relatora Conceição Riccio; 2004-000353/TEC/LL-0001, Munirah S/A,
170 conselheiro relator João Aurélio Viana; 2004-001903/TEC/AIMU-0049, Petróleo S/A, conselheiro relator
171 Renato Cunha; 2004-001360/TEC/AIMU-0041, Expresso Nossa Senhora das Candeias Ltda, conselheiro
172 relator João Marcos Miranda. Passou-se aos processos com Pedido de Destaque: 2002-
173 003193/TEC/AIMU-0089, Odúlio José Marensi de Moura, conselheiro relator Adalberto Ribeiro, que leu o
174 seu voto favorável pela manutenção do Auto de Infração – Multa e todos concordaram, tendo sido
175 aprovado por unanimidade. 2003-005675/TEC/RC-0041, Pelzer Ltda, conselheiro relator Irundi Edelweiss
176 que leu o seu voto favorável à concessão da revisão de condicionantes. O conselheiro Emanuel colocou

em discussão e foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao processo 2004-005071/TEC/RC, Reta Atlântico, conselheiro relator João Aurélio, que leu o seu voto favorável à Revisão do condicionante, com a supressão da expressão “*contados a partir do seu leito maior sazonal*”, contido na Resolução Cepram nº 3270. O conselheiro Emanuel colocou em discussão e passou a palavra a Ney Maron, que esclareceu que estava em discussão o referenciado ponto de onde se iniciaria a contagem dos cinquenta metros e não a aprovação pelo Conselho dos cinquenta metros. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao representante da empresa, Senhor Euberlândio Guimarães, que concordou com o esclarecimento de Ney Maron e ratificou que não havia nenhum pedido da empresa quanto ao quantitativo de cinquenta metros estabelecidos pelo Conselho e que a solicitação consistia no exame do Conselho, para adequar a Resolução à Lei nº 4.771/65, Código Florestal, na medida em que fora a Resolução do CONAMA, que embasou a decisão anterior daquele Conselho, entendida pela Procuradoria Jurídica do CRA e pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, que uma Resolução não poderia ser tomada como parâmetro para decisão uma vez que existia uma lei hierarquicamente superior. O conselheiro João Aurélio ressaltou que os cinquenta metros permaneciam e que a questão seria o “*leito sazonal ou o maior sazonal*”. O conselheiro Emanuel retornou a palavra a Ney Maron que ressaltou que o parecer final do conselheiro relator correspondia à análise do CRA, referente à intervenção de que só se decidiria com base em estudos complementares. O conselheiro Renato Cunha pediu permissão para remeter a palavra ao professor Juarez Jorge Santos, que explicou que, em termos de morfometria do rio, existia uma calha chamada zona do canal do rio e que sofria influência do clima sazonal de fortes ou fracas chuvas e que, durante as fortes chuvas, acontecia um crescimento dos dois lados e resultavam uma zona de cheias cíclicas, que ocorriam em condições climáticas continuadas normais uma vez por ano, e, além disso, ocasionalmente em períodos climáticos excepcionais, possibilitaria cheias fenomenais, o que resultaria zona de cheias acíclicas. O conselheiro Roberto Celestino sugeriu buscar definir qual seria a calha efetiva do rio, através de um estudo ambiental complementar. O conselheiro Emanuel colocou em votação o parecer apresentado pelo conselheiro relator João Aurélio e o processo foi aprovado com sete votos favoráveis pelos conselheiros: Irundi Edelweiss, João Marcos, Adalberto Ribeiro, João Aurélio, Roberto Celestino, Fernando Albiani e Vera Frazão; dois votos contrários pelos conselheiros Renato Cunha e Melquíades Oliveira; e uma abstenção pelo conselheiro Walmir do Carmo. Passou-se à análise dos processos nº 2004-002708/TEC/LL-0025, Vedobus Ltda, conselheiro relator Adalberto Ribeiro, que leu o seu voto favorável à concessão da licença. O conselheiro Emanuel colocou em discussão, seguida de votação e foi aprovado por unanimidade; Análise do Processo nº 2004-000305/TEC/LO-0003, Qualix Ltda, conselheiro relator Roberto Celestino, que leu o seu voto favorável pela concessão da licença. O conselheiro Emanuel colocou em discussão, seguida de votação e foi aprovado por unanimidade; 2003-003571/TEC/AIEM-0009, DERBA, conselheiro relator João Aurélio, que leu o seu voto não favorável pela homologação temporária do embargo da obra rodoviária. O conselheiro Emanuel colocou em discussão e passou a palavra a Ney Maron, que esclareceu que em relação à infração cometida, independente do embargo, as penalidades administrativas foram aplicadas à empreiteira e seria providenciada a recuperação do dano efetuado. A conselheira Vera Frazão esclareceu que o DERBA fez uma obra emergencial após fortes chuvas e comunicou ao CRA a retirada do material no corte da Linha Verde para recuperar a estrada. O conselheiro Emanuel sugeriu que o processo fosse remetido para o arquivamento e todos concordaram. Ato contínuo, passou-se para análise do processo diligenciado nº 2002-005623/TEC/LO-0067, Edílio Poletto, conselheiro relator Josemário, que justificou a ausência e solicitou que o processo fosse relatado na próxima reunião, portanto, o mesmo foi adiado. Passou à análise do processo da Pauta Suplementar, nº 2004-002497/TEC/LI-0012, Gujão Alimentos Ltda, conselheiro relator Adalberto Ribeiro, que leu o seu voto favorável à concessão da licença. O conselheiro Emanuel colocou em discussão. O conselheiro João Aurélio informou que tratava-se da implantação da unidade industrial da empresa Gujão Ltda, para distribuição de carnes de aves, significaria a consolidação da avicultura no Estado da Bahia. O conselheiro Walmir do Carmo reiterou a diligência solicitada ao CRA aos abatedouros na região de Feira de Santana. O conselheiro Emanuel colocou a matéria em votação e como não houve manifestação em contrário, declarou aprovada a licença de implantação. Em seguida, no que ocorrer, apresentou informações encaminhadas pelo CRA referente às demandas solicitadas pelos conselheiros na reunião anterior; informou que o CRA integrava o Fórum de Meio Ambiente e Trabalho – FORUMAT, no qual reúnem-se, mensalmente, instituições públicas e representantes de classes, envolvidos com a questão da segurança, saúde e meio ambiente do trabalho. O Fórum era presidido pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho - DRT; apresentou o relatório de acompanhamento dos condicionantes das barragens Bandeira de Melo e Pedra do Cavalo; informou que, com relação à queima de resíduos sólidos pela empresa CETREL, o assunto fora objeto de várias reuniões na OAB-Ba, Assembléia Legislativa, Câmara de Deputados, Ministério de Meio Ambiente, e se encontrava sob avaliação judicial; informou que foi enviado ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa da Bahia, Deputado Zilton Rocha, cópias de relatórios sobre a questão do amianto em Poções-Ba; informou

que, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento – DIREC/DRA, era implementado o Projeto Nascentes do Paraguaçu, através do Programa Nacional de Meio Ambiente – PNMA2, e, a partir da segunda fase do projeto, em junho de dois mil e cinco, estariam previstos ações para aquisição de equipamentos para auxiliar o combate aos incêndios na região de Palmeiras - Bahia; informou a realização da instalação oficial da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, no dia dezessete de setembro, no auditório do CRA; apresentou cópias de Relatório de Fiscalização do CRA, auto de infração e notificação referentes à empresa Irecê Mineração, a ser encaminhado à conselheira Edileuza Rocha; comunicou que, no dia nove de setembro, o CRA recebeu o EIA/RIMA do projeto do Governo Federal, denominado Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentorial, para emissão de Parecer Técnico, no prazo de quarenta e cinco dias, para tanto, a SEMARH instituiu um grupo de trabalho integrado por representantes do CRA, SRH, SFC e SPA coordenado por Ney Maron, para analisar o EIA e atender solicitação do Governo Federal. O conselheiro Renato encaminharia posteriormente o nome do representante. Em seguida, passou-se para O que Ocorrer: O conselheiro Emanuel passou a palavra ao Senhor Maurício Carneiro Paim, técnico do CRA, que prestou esclarecimentos ao conselheiro Waldir quanto à sua solicitação de diligência aos abatedouros nas regiões de Itabuna e Feira de Santana, informou que antes da demanda do conselheiro foi realizada operação de fiscalização às áreas mencionadas, com aplicações de autos de infração e que disponibilizaria os documentos gerados para o conselheiro. Continuando, o conselheiro Emanuel passou a palavra a Waldir que informou que o GRAMA participou do grupo de trabalho para acompanhamento das deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente e disse que o Estado da Bahia foi parabenizado pela implantação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental - CIEEA; informou que o GRAMA comemoraria seus 17 anos no dia 19 de outubro; denunciou que o Matadouro de Ilhéus despeja os resíduos de suas atividades no rio Cachoeira, tornando a água vermelha e poluída e solicitou a intervenção do CRA; reiterou a denúncia referente à EMBASA sobre o lançamento do esgoto *in natura* no manguezal, situado próximo à rua do Mosquito, em Ilhéus; reiterou denúncia referente à tubulação pintada de azul, resultando numa poluição visual, próximo ao Morro da Comunidade da Moenda, em Feira de Santana, bem como o desmatamento, sem licença ambiental, do topo do referido morro. O conselheiro Emanuel passou a palavra a Ney Maron que informou que em relação ao morro, encontrava-se em tramitação no CRA o processo, com Parecer desfavorável pela localização, e quanto às demais denúncias, após conclusão dos relatórios, seriam encaminhados ao conselheiro. O conselheiro Antonio Ormundo solicitou esclarecimentos ao CRA referentes ao cumprimento dos condicionantes aplicados à empresa MEDASA, e se já houvesse a adoção do princípio da compensação; solicitou esclarecimentos quanto aos procedimentos em relação à atuação da Comissão de Acompanhamento de Projetos da Bahia Sul Celulose e do IBEROSTAR; solicitou informações sobre a visita de controle e qualidade ambiental no município de Sta. Cruz de Cabralia, referente à EMBASA. O conselheiro Emanuel passou a palavra para Ney Maron que esclareceu que, quanto às Comissões de Acompanhamento, o mesmo deveria interagir com os demais membros, juntamente com o técnico Fernando Esteves, que acompanhava o processo pelo CRA; referente à situação de Santa Cruz de Cabralia, foi realizada a fiscalização conjunta e estavam aguardando o relatório para posterior encaminhamento ao conselheiro; quanto à MEDASA, houvera um pedido de revisão de condicionante, em tramitação no CRA, a ser submetido à apreciação daquele Conselho. O conselheiro Adalberto Ribeiro prestou esclarecimentos referentes à localização da Dilly Calçados e informou que existia um direcionamento estratégico para que as unidades do Pólo Calçadista, no município de Vitória da Conquista, se localizassem próximo aos núcleos urbanos, de forma a facilitar o acesso dos trabalhadores, sob autorização legal da Prefeitura Municipal daquele local; comunicou que a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM tentou vários contatos com a conselheira Edileuza para repassar informações referentes à Licença Ambiental concedida ao Grupo CBPM/Irecê Mineração e Galvani, e que não fora possível, por dificuldades da agenda da referida conselheira; solicitou ao CRA, efetuar uma admoestação à Prefeitura de Capim Grosso, referente ao lixo exposto entre a Rodovia que liga Capim Grosso/Jacobina; sugeriu a realização de um Seminário sobre carcinicultura, contemplando assim todos os aspectos que envolviam a questão, atendendo assim à demanda do conselheiro Renato Cunha. Acrescentou que o evento poderia contar com o apoio da SEAGRI e BAHIAPESCA. O conselheiro Melquíades reiterou solicitação ao CRA referente à diligência na Região do Extremo Sul, município de Itarantim, Guarantiga e Eunápolis, para verificação de atividades relativas à exploração das mineradoras, que operam sem licenciamento ambiental, causando grandes impactos ao meio ambiente; solicitou intervenção do CRA na busca de solução para a questão referente à informação que a empresa Veracel manteve a proposta de redução de eucalipto para produção de caixotes, descumprindo as promessas que promoveriam a justiça social; informou a realização de seminário, no município de Eunápolis, no dia 21 de setembro, que tratou sobre as linhas gerais do Plano de Ação de Desmatamento e outras infrações, cometidas no Extremo Sul, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA; reiterou pedido de apoio à participação de duas entidades da região do extremo sul, na Reunião do ZEE,

a ser realizada em outubro. O conselheiro Renato Cunha denunciou o funcionamento irregular do aterro sanitário do município de Vera Cruz na Ilha de Itaparica, licenciado pelo CEPRAM, terceirizado pela Prefeitura local e que atualmente parece um lixão a céu aberto; solicitou a discussão de estratégia para que seja repensada a municipalização dos aterros, bem como a atuação do CRA nessa questão; solicitou a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito do CEPRAM, para avaliar as questões dos impactos da carcinicultura no meio ambiente; solicitou que fosse viabilizada uma apresentação complementar sobre carcinicultura, no Nordeste, já que a apresentação da manhã tratou da visão do empreendedor e sugeriu convidar representantes da Instituição Terramar e da Universidade Federal do Ceará, Senhores Geová Meirelles e Soraia Vanini, respectivamente; solicitou informação ao CRA referente à solicitação de Manifestação Prévia, através da Bahiapescas, no município de Caravelas, sobre a possibilidade de implantar plantas de carcinicultura naquele município, bem como cópia do Processo nº 2002-003477/TEC/MP-0006; informou que serão realizadas no período de 14 a 23 de outubro, várias consultas públicas das Câmaras Consultivas Regionais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos dias 26 e 27/10, bem como a Reunião Extraordinária do referido CBH-SF, que irá decidir sobre o uso externo da água - transposição; solicitou à Secretaria Executiva do CEPRAM, agendar apresentação e discussão do parecer técnico da SEMARH referente ao EIA/RIMA do Projeto de Integração de Bacias, no âmbito daquele Colegiado; solicitou o adiamento da próxima reunião do CEPRAM para não coincidir com a Plenária do CBH-SF. O conselheiro Emanuel informou que, quanto à questão da solicitação do conselheiro Renato Cunha, para custeio das despesas de técnicos qualificados para discutir a carcinicultura, não havia, naquele momento, condições de definir fontes de recursos para viabilização da participação e sugeriu que ele articulasse as respectivas presenças com recursos próprios, caso contrário ficaria programado um seminário para o exercício de 2005, quando seria possível realizar o evento sugerido pelo conselheiro Adalberto Ribeiro, bem como buscar apoio de empresas da iniciativa privada; sugeriu e ficou de articular uma apresentação da ABES e do Governo do Estado para discutir a questão do lixo nos municípios, referente a aterros sanitários, em uma das próximas reuniões do CEPRAM; sugeriu aos conselheiros a alteração da data da 278ª Reunião Ordinária para o dia 29 de outubro e foi aprovado; cobrou das entidades ambientalistas a indicação do seu representante que comporá a Comissão de Acompanhamento de Condicionantes da Barragem de Cristalândia. Como não havia mais nada a ser discutido, e ninguém mais quis se pronunciar, a sessão foi encerrada às dezesseis horas. Emanuel Silveira Mendonça lavra e assina esta ata. Salvador, 24 de setembro de 2004.

Presentes:

Membros:

Emanuel Mendonça – presidente em exercício

Adalberto Ribeiro – SICM

Antonio César Ormundo – PAT

Fernando Albiani – FAEB

Irundi Edelweiss - FIEB

João Aurélio Viana – SEAGRI

José Roberto Celestino – ABES

João Marcos Miranda de Souza

Melquíades Oliveira - CEPEDES

Renato Cunha – GAMBÁ

Vera Frazão - SEINFRA

Walmir do Carmo – GRAMA

SEMARH/Secretaria Executiva

Ana Cristina Mascarenhas – SPA

Larissa Cayres - SPA

Eliuda Soares – SPA

Jader da Silva – SPA

CRA:

Ney Maron – diretor de controle ambiental

Fernando Esteves – técnico do CRA

Convidados:

Itamar de Paiva Rocha – CNC

Humberto Justo Amoedo – SAM.

Joaquim Santana – EBDA

Juarez Jorge Santos – FTC

Jefferson Cerqueira Viana – PANGEA

Max Magalhães Stem – Bahiapescas

Osmar Almeida – CAR